



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2019 - Nº 07/2019 - MANDATO 2017 – 2021

Aos doze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Alzira Agostinho, em substituição de Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Carla Borba, dirigente da Unidade Orgânica Jurídica e Administrativa, em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 06/2019 - Reunião realizada no dia 29/03/2019.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 2 – Bombeiros DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais.

Município de Alpiarça

Para Conhecimento:

Ponto 3 – Proposta - Aprovação das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC).

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:



Ponto 4 – Proposta de Coordenadora Técnica – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4ª Geração (CLDS-4G).

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 5 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Alpiarça e a Freguesia de Alpiarça – Instalação da CPCJ.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia onze de Abril de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 262.083,00 Euros (duzentos e sessenta e dois mil e oitenta e três euros).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Presidente começou por informar que foi inaugurado na presente data, em Santarém, na CIMLT, o Laboratório Móvel no âmbito do Plano Integrado Inovador de Combate ao insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, que procurará criar condições práticas, pedagógicas, inovadoras e diferenciadas para os alunos que têm maiores dificuldades na aprendizagem. Este equipamento irá estar à disposição dos dez Municípios e dos dezanove Agrupamentos envolvidos neste Plano. Deu ainda conhecimento que o processo do concurso da Sala do Futuro está a ser preparado e será lançado brevemente, de forma a ter esta sala rapidamente equipada e ao serviço do Plano referido.

O Presidente deu de seguida a palavra aos Vereadores para colocarem questões de interesse para o Município.

Vereadora Alzira Agostinho

Cumprimentou todos os presentes e questionou se a sala do Futuro se destina apenas ao primeiro



ciclo ou também é para os outros níveis de ensino. O Presidente respondeu que será para todos os alunos do universo do Agrupamento, privilegiando estrategicamente as situações de maior dificuldade de aprendizagem. A Vereadora continuou, perguntando se está previsto algum projeto relacionado com mobilidade de munícipes dentro do Concelho, ou seja, se para as pessoas dos lugares ou de locais mais distantes da sede do Concelho está previsto algum projeto a desenvolver para a mobilidade, que poderia proporcionar um serviço às pessoas na sua deslocação à sede do Concelho, criando alguma dinâmica e dinamizando o comércio e os serviços. Colocou uma outra questão relacionada com a quantidade de migrantes que existem no concelho e se se está a pensar criar algum gabinete para apoiar estas pessoas, de forma a promover a sua inclusão na nossa comunidade.

Vereador António Moreira

Começou por falar no parque de estacionamento, junto à repartição de Finanças, nas traseiras da Praça José Pinhão, onde continuam a existir centenas de pedras espalhadas pelo chão e seria bom que esta situação fosse resolvida. Perguntou se está prevista alguma prova de motonáutica na Barragem dos Patudos. Disse que viu um post na internet a falar do Festival do melão, mas sem data. Questionou se a niveladora está novamente avariada, considerando que ainda não foi ao Casal Cambique. Falou também numa situação, que já é recorrente há alguns anos, que é a questão de Vale de Tejeiros, dizendo que foi abordado por uma pessoa sobre esse assunto e que o município não consegue resolver um problema, pelo qual se comprometeu perante um juiz, a resolver. Referiu que no Casalinho existem dois contentores de lixo encostados, um colocado atrás do outro e que as pessoas, principalmente as idosas, não conseguem abrir o segundo. Fez alusão a uma situação relacionada com terrenos abandonados que confinam com a via pública e que podiam ser aproveitados para estacionamento, através de acordos estabelecidos com os proprietários. Referiu terrenos na rua Silvestre Bernardo Lima, na rua Luís de Camões e na zona da Casa do Povo, para esse efeito, como forma de resolver o problema de estacionamento na zona central da vila e de manter esses espaços limpos.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a relação dos trabalhos efetuados pelos serviços, desde a última reunião de Câmara, com



destaque para a preparação das comemorações do dia 2 de Abril, dia do Concelho e de uma prova inter-regional de escolas de ciclismo. Destacou também a manutenção efetuada nos caminhos pedonais do Complexo Desportivo dos Patudos e de espaços verdes em vários pontos do Concelho.

Presidente da Câmara

Começou por responder às questões colocadas pela Vereadora Alzira Agostinho. Sobre a mobilidade disse que há um estudo recente, feito sob a coordenação da CIMLT, que procurou fazer um levantamento da realidade dos vários municípios e que tinha um objetivo muito específico. Esse objetivo é responder às exigências que se colocam à Comunidade, como Autoridade de Transportes, mas também contém um conjunto de dados que serão úteis a cada um dos municípios. No entanto, em Alpiarça, foi criado há alguns anos um circuito interno de serviço público de transportes, que substituiu o que era tradicionalmente feito pelos transportes escolares. Neste caso, a ligação que era feita entre os lugares pelo autocarro do município, passou a ser feito por uma carreira da Rodoviária do Tejo, abrindo assim a possibilidade de uso por parte da população em geral, limitada aos horários dos transportes escolares, mas criando uma nova realidade na oferta, de mobilidade interna. Realçou ainda que vai ser aberto um concurso público para escolha do novo operador, no interior da Comunidade Intermunicipal, onde a questão da mobilidade vai ter que estar presente. Sublinhou que neste processo há, pela primeira vez, uma participação de fundos do orçamento de estado para subsidiar, por um lado a redução tarifária aos utilizadores dos transportes públicos, por outro para criar novas condições de melhoria na qualidade dos serviços. Relativamente ao eventual apoio a migrantes disse que há a consciência do número de pessoas estrangeiras que residem no Concelho, havendo uma realidade que passa muito pela sazonalidade e pela deslocação constante de indivíduos pelo território, sendo esta uma questão transversal a toda a região, sobretudo por pressão da necessidade de mão de obra dos trabalhos agrícolas. Compreende que há necessidade de dar cada vez mais atenção a este fenómeno e esclareceu que o acompanhamento por parte do município é feito através das suas estruturas, dos gabinetes de Ação Social e da Educação, da CPCJ e de toda a rede social do Concelho, que com alguma regularidade vai discutindo esta problemática e dando as respostas necessárias. Observou que não há um gabinete específico para esta situação, mas que o apoio e o atendimento são feitos através dos mecanismos referidos. Sobre os assuntos mencionados pelo



Vereador António Moreira respondeu à questão da rua do Pinhal da Torre, dizendo que a grande dificuldade é encontrar os mecanismos financeiros para fazer face a algumas intervenções. Salientou que esta rua já devia estar alcatroada, como outras dentro da malha urbana e não está porque não foi possível, com este executivo, devido a um quadro muito difícil. Realçou que houve um período de maior folga e de possibilidade de recorrer a financiamento exterior, em que a rua do Pinhal da torre foi deixada para trás. Disse no entanto que há agora uma perspetiva de, num curto prazo, colocar alcatrão naquele arruamento. Sobre a situação de Vale de Tejeiros, afirmou que houve uma intervenção no início do caminho e que, tendo o processo sido interrompido por razões diversas, o mesmo irá ser retomado de forma a concluir esta obra. Reforçou que este problema surgiu antes de esta maioria estar na Câmara e que a anterior maioria não deu qualquer resposta. Relativamente a bolsas de estacionamento, sublinhou que é algo que tem estado a ser equacionado e já foram concretizadas algumas situações. Entende que há um conjunto de outras possibilidades, que poderão ser analisadas com os proprietários.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Referiu-se à situação das pedras soltas junto às Finanças, dizendo que esse serviço já está agendado e que não foi feito ainda devido ao facto de haver carros estacionados nessa zona. Relativamente à data do Festival do Melão esclareceu que este acontecerá nos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de julho. Sobre a questão da niveladora mencionou que o problema é que só existe um operador para esta máquina e que assim que possível a rua referida no Casalinho será reparada. Em relação aos contentores, no Casalinho, disse que irá transmitir a situação ao encarregado, para verificar a possibilidade de alteração da disposição dos contentores.

Vereador João Pedro Arraiolos

Deu nota que o acompanhamento é feito a pessoas de outras nacionalidades, nomeadamente o processo de legalização de residência, que passa pela Câmara municipal, sendo os casos acompanhados pelo Gabinete de Ação Social. Fez referência à mais recente migração de pessoas de países asiáticos, com características mais sazonais. Sobre uma suposta prova de motonáutica na Barragem dos Patudos, transmitiu que a Câmara foi abordada para realizar essa prova, mas que, caso se concretize, seria uma prova individual, considerando que as características da Barragem não



estão adaptadas a provas em grupo. Adiantou que não está nada concretizado, por enquanto, mas que, a acontecer, poderá ser vantajoso para Alpiarça desde que não prejudique nada, para trazer mais pessoas ao Concelho.

Vereadora Alzira Agostinho

Voltou a referir-se à questão da mobilidade, sendo da opinião que no próximo projeto se devia equacionar outra solução, considerando que as pessoas estão cada vez mais isoladas, de forma a aproximá-las mais do centro da Vila para tratarem dos seus assuntos. Sobre os migrantes acha que mesmo os asiáticos estão a aparecer com crianças e, como a sua língua de comunicação é o inglês, não seria descabido ter no gabinete alguém que dominasse esta língua, que fosse respondendo às suas questões e os encaminhasse para os locais certos, de forma a integrá-los na comunidade.

O Presidente prestou mais alguns esclarecimentos sobre os serviços e apoios disponíveis no Município, para dar resposta às necessidades dos migrantes.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 06/2019 - Reunião realizada no dia 29/03/2019.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Foi feita uma pequena correção na página cinco, linha dez, onde se deve substituir “um” por “uma”.

Não houve mais intervenções.

O Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

Ponto 2 – Bombeiros DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais.

Município de Alpiarça



Para Conhecimento:

O Presidente esclareceu que este ponto não costuma vir a reunião de Câmara, por ser uma competência do Presidente, mas entendeu que o devia fazer. Este ponto tem a ver com a participação do Município e dos Bombeiros no DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais – 2019, tratando-se de uma área que tem vindo a assumir cada vez maior relevância. Destacou que o nosso Município e os Bombeiros têm sempre colaborado no esforço nacional de combate a incêndios, mas têm sido discriminados negativamente pela administração central, considerando que grande parte desse esforço é assumido pelo orçamento municipal. Recordou no entanto que existem algumas contrapartidas por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Informou que vai estar uma equipa de ECINs, de combate a incêndios, que vais estar disponível a partir de quinze de Maio a quinze de Outubro e uma outra entre um de Julho e trinta de Setembro, o que é um grande esforço para o Município. Realçou que os Municípios com Bombeiros Municipais são sempre muito penalizados, pelo facto de os terem e pela sua participação neste esforço nacional. Fez um reconhecimento aos Bombeiros Municipais que estiveram em missão recentemente em Moçambique, que apoiaram a população da cidade e da região da Beira.

Não houve mais intervenções. Foi dado conhecimento.

Ponto 3 – Proposta - Aprovação das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC).

Município de Alpiarça

Remeter à Assembleia Municipal

Para Deliberação:

O Presidente afirmou que esta proposta tem a ver com a resposta que é necessário preparar perante o problema que se coloca à humanidade e ao mundo, devido ao processo de alterações climáticas no planeta, que vão tendo impactos cada vez mais relevantes a diversos níveis, com fenómenos naturais de grandes dimensões. Neste âmbito a CIMLT preparou uma proposta de estratégia, que é o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, em que cada Município fará aprovar um conjunto de ações e estratégias de adaptação, a nível local. No caso concreto de Alpiarça, a proposta identifica efeitos e riscos previsíveis locais e aponta um conjunto



de possibilidades de respostas, ao longo dos próximos anos, a médio prazo, colocando também o peso das ações, em termos financeiros.

A Vereadora Alzira Agostinho acha que é um projeto muito ambicioso, que toda a gente devia ler, considerando que tem impacto na vida de todas as pessoas e não se prevê que seja daqui a muito tempo. Perguntou quais as medidas, referidas no preâmbulo da proposta, que vão ao encontro do que é proposto no projeto. Referiu que o que se prevê é mais períodos de seca e inundações repentinas. Fez uma alusão à situação dos diques, questionando, como a autarquia não aderiu ao programa de recuperação dos diques, se pensa agora cumprir esta medida, prevista no projeto. Se não, questiona se isso não tornará o Município mais vulnerável em relação a outros. Referiu os prejuízos que podem acontecer na agricultura e questiona se os agricultores estão conscientes destas situações, se não houver alterações de práticas agrícolas. Nota que no projeto não existem medidas específicas para a Zona Industrial e pergunta se existem algumas para esta área, de forma a minimizar os impactos. Terminou esta sua intervenção perguntando se o Município já definiu prioridades e calendarização para dar cumprimento ao projeto.

O Vereador António Moreira notou também que não há no projeto nenhuma referência à Zona Industrial, ficando ainda intrigado por não verificar, na descrição do concelho, nenhuma indicação da Barragem dos Patudos, vindo só no final a encontrar uma referência à albufeira dos Patudos. Entende que a proposta é de uma importância vital e espera que a autarquia siga estas indicações e informações, que são pertinentes. Referiu que no planeamento das respostas não foram indicados responsáveis, dizendo que nesta situação pensa que o responsável é o Gabinete de Proteção Civil, não percebendo porque é que se diz no Plano, que não foram indicados responsáveis. Fez alusão a um problema que é a questão dos maus cheiros nas vilas do Ribatejo, oriundos dos adubos e materiais orgânicos que são espalhados nas terras de cultivo e perguntou o que vai ser feito, neste estudo para evitar essa situação, que também faz parte do ambiente, com alguma gravidade ao nível da saúde. Entende que o estudo é muito profundo mas que ainda apresenta algumas lacunas, que não estão previstas e que deviam ser consideradas.

O Presidente clarificou que este projeto foi acompanhado pelo Gabinete de Prevenção e



Planeamento da Câmara Municipal. Esclareceu que este Plano é um plano a médio prazo, cujas medidas podem ser enquadradas no próximo quadro comunitário, sem prejuízo de algumas que podem ser implementadas desde já. Disse que algumas das medidas previstas no Plano já estão a ser feitas, nomeadamente no que diz respeito aos cursos de água, como a Vala de Alpiarça, o Paúl da Gouxá ou a Barragem dos Patudos, entre outras. Relativamente à recuperação dos diques reforçou que o Município está bem, ao não participar quinze por cento do valor da obra, que é da competência da administração central. O que o Município vai continuar a fazer é pressionar o governo para que proceda à recuperação dos diques, uma vez que esta é a sua obrigação, sendo uma obra fundamental à segurança de pessoas e bens. Em relação à questão dos agricultores, entende que haverá diferentes perspetivas e diferentes graus de conhecimento e consciencialização sobre o impacto das alterações climáticas. Fez uma referência ao Projeto Tejo, que nasceu na Quinta da Lagoalva de Cima, dizendo que este resulta desta consciencialização, projeto que aponta para o uso de águas de superfície no regadio, em alternativa ao uso de água captada em profundidade. Registou que há questões que podem não estar explícitas no projeto, dando o exemplo da pinheirinha na Vala de Alpiarça, mas que estará contemplado no âmbito da limpeza e da melhoria dos recursos hídricos e da limpeza das linhas de água.

O Vereador António Moreira admite que há questões no projeto que podem ser realizados, como a utilização de águas das piscinas para regas, a mudança da iluminação pública para luzes Led ou a compra de veículos elétricos. Referiu que no Plano não está contemplada a recuperação dos diques, que o Município considera de importância vital.

O Presidente reafirma a importância da recuperação dos diques, mas diz que o Município não apresenta nenhuma medida nesta área no Plano, porque entende que não é ao município que cabe essa ação, mas sim ao estado, que tem a competência da manutenção dos diques.

O Vereador António Moreira respeita a opinião do Presidente, mas não concorda com a sua posição.

O Presidente admite no entanto que em determinadas situações os Municípios substituem-se à administração central, dando o exemplo da aquisição de veículos para a GNR e do quartel da GNR, em que a Câmara assumiu a disponibilização do terreno.



Esgotada a discussão, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4 – Proposta de Coordenadora Técnica – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4ª Geração (CLDS-4G).

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O presidente esclareceu que, depois de ter sido escolhida a entidade coordenadora local da parceria no concelho de Alpiarça, para o CLDS-4G, que é a ARPICA, trata-se agora, depois de algumas reuniões com os responsáveis da Associação, de a Câmara validar a proposta de Coordenadora Técnica.

O Vereador João Pedro Arraiolos prestou mais alguns esclarecimentos deste processo, que foi desenvolvido pela entidade coordenadora, cujo nome foi também submetido ao plenário do CLAS. A Vereadora Alzira Agostinho perguntou se a escolha da coordenadora foi baseada apenas em entrevistas.

O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu que a escolha foi baseada em currículos, na análise desses mesmos currículos e em entrevistas específicas, quer em relação ao conhecimento da realidade do concelho, quer na experiência.

O Vereador António Moreira perguntou quem fez as entrevistas.

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que foi a Arpica, como entidade Coordenadora e posteriormente, quer o Plenário do CLAS quer a Câmara têm de validar essa proposta.

O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Ponto 5 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Alpiarça e a Freguesia de Alpiarça – Instalação da CPCJ.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Vereador João Pedro Arraiolos informou que este protocolo irá servir para formalizar a utilização de duas salas do antigo Lavadouro, propriedade da Junta de Freguesia do qual, de acordo com as



duas autarquias resultou a presente proposta, no sentido de haver uma contrapartida de duzentos e cinquenta euros mensais, pela cedência das salas e do apoio administrativo por parte do funcionamento da CPCJ.

O Vereador António Moreira colocou uma questão sobre o ponto dois do artigo quarto do protocolo, que foi esclarecido.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Munícipes, dando início ao Período do Público.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.